



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Técnico Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Caderno de Prova 'G07', Tipo 001

Nº de Inscrição \_\_\_\_\_

MODELO

Nº do Caderno \_\_\_\_\_

MODELO1

Nº do Documento \_\_\_\_\_

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO \_\_\_\_\_

**P R O V A**

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá o total de 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## CONHECIMENTOS GERAIS

## Língua Portuguesa

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 3, considere a reprodução abaixo, de um folheto distribuído à população.

**Só o Medicamento Verdadeiro tem eficiência e procedência comprovadas.**  
E saber reconhecê-lo protege a sua saúde e também o seu bolso.

Medicamento Verdadeiro informa número do lote e data de validade.

Medicamento Verdadeiro deve estar lacrado.

Medicamento Verdadeiro informa número do registro no Ministério da Saúde.

Durante o ano de 2010, a raspadinha da embalagem de Medicamento Verdadeiro será substituída pelo novo item de segurança.

Medicamento Verdadeiro possui número de telefone para tirar dúvidas com o fabricante.

Exija a nota fiscal.

Para maior segurança, compre apenas em farmácias e drogarias. Oriente-se com o médico ou farmacêutico.

**Em 2010, toda embalagem de Medicamento Verdadeiro terá um novo item de segurança, mais moderno, eficiente e seguro.**

Para mais informações, acesse: [www.anvisa.gov.br](http://www.anvisa.gov.br)

1. Sobre o folheto reproduzido, é correto afirmar:

- (A) vale-se da linguagem verbal e da visual para apresentar as qualificações dos novos medicamentos a serem lançados até o fim de 2010.
- (B) utiliza o recurso gráfico que amplia a visibilidade para detalhar exclusivamente o que se encontra numa embalagem de remédio.
- (C) serve-se da personagem para explicitar a ideia de que somente médicos e farmacêuticos podem responder pela procedência dos medicamentos.
- (D) mostra, ao indicar as marcas de medicamento verdadeiro, que os equívocos ocorrem unicamente por falha do comprador, pois os meios de segurança adotados atualmente são os mais eficazes que existem.
- (E) demonstra, minuciosamente, como comprovar a procedência de um medicamento, mecanismo de garantia da sua qualidade, e, de maneira implícita, sugere que os medicamentos falsos não têm eficácia garantida.



2. Além da reprodução do folheto, considere as seguintes informações:

No verso do que se reproduziu, citam-se, em uma das dobras da folha, as entidades que apoiam a divulgação; na outra, a principal do fôlder, há unicamente uma ilustração assim organizada: sobre um fundo vermelho intenso, tem-se a imagem de 5 escorpiões negros.

Analise as seguintes proposições:

- I. O folheto aproveita-se da arbitrariedade da ilustração acima descrita para sugerir a ideia de que tomar medicamentos falsos é atitude descabida, fora da realidade.
- II. O folheto tira vantagem da cor vermelha vibrante, na dobra principal do fôlder, para sugerir a ideia de perigo.
- III. O folheto explora a ideia da elevada periculosidade que algumas espécies de escorpião representam para o homem.
- IV. É legítimo entender-se que o ferrão do escorpião sugere a ideia, expressa em linguagem coloquial, de que, se não tomar cuidado, “você pode se ferrar”.
- V. É legítimo supor-se que, entre as instituições que apoiam a divulgação, estaria o “Conselho Nacional de Combate à Pirataria”.

É correta a **rejeição** SOMENTE de

- (A) I.
- (B) I e IV.
- (C) III e V.
- (D) II e III.
- (E) IV.

3. Para maior segurança, compre apenas em farmácias e drogarias. Oriente-se com o médico ou farmacêutico.

Reorganizando as frases acima num único período, o que equivale ao sentido original e mantém a clareza e correção, considerado o padrão culto escrito, é:

- (A) Para maior segurança, compre apenas em farmácias e drogarias, ainda que oriente-se com o médico ou farmacêutico.
- (B) Comprando apenas em farmácias e drogarias, você terá mais segurança; oriente-se também com o médico ou farmacêutico.
- (C) Médico e farmacêutico orientam, mas, para maior segurança, compre apenas em farmácias e drogarias.
- (D) Com o objetivo de garantir segurança, você pode valer-se da orientação do médico e do farmacêutico: compre apenas em farmácias e drogarias.
- (E) Sendo mais seguro, compre apenas em farmácias e drogarias, por outro lado orientando-se com o médico ou farmacêutico.

- Atenção:** Para responder às questões de números 4 a 7, considere o texto abaixo.

*Dois amigos conversavam, quando passa uma mulher e cumprimenta um deles, que fala:*

- *Eu devo muito a essa mulher...*
- *Por quê? Ela é a sua protetora?*
- *Não, ela é a costureira da minha esposa.*

(<http://www.mundodaspiadas.com/>; 20/05/2010. Postado por Ricardo em 30/05/2006)

4. Na piada acima, o efeito de humor
- (A) deve-se, principalmente, à situação constrangedora em que ficou um dos amigos quando a mulher o cumprimentou.
  - (B) constrói-se pela resposta inesperada de um dos amigos, revelando que não havia entendido o teor da pergunta do outro.
  - (C) é provocado pela associação entre *uma mulher e minha esposa*, sugerindo ilegítimo relacionamento amoroso.
  - (D) firma-se no aproveitamento de distintos sentidos de uma mesma expressão linguística, *devo muito*.
  - (E) é produzido prioritariamente pela pergunta do amigo, em que se nota o emprego malicioso da expressão *sua protetora*.

5. A forma verbal que indica, entre ações simultâneas, a que estava se processando no momento em que sobreveio a outra é

- (A) *conversavam*.
- (B) *passa*.
- (C) *cumprimenta*.
- (D) *devo*.
- (E) *é*.

6. É legítima a afirmação de que, na piada,

- (A) ouve-se exclusivamente a voz de personagens, exclusividade que é condição desse tipo de produção humorística.
- (B) há a presença efetiva de um narrador, expediente típico desse tipo de texto.
- (C) as falas das personagens constituem recurso para a defesa de um ponto de vista, sinal da natureza dissertativa desse específico texto.
- (D) os elementos caracterizadores da *mulher*, dados na descrição, são contrastados com a sua profissão.
- (E) ocorre uma inadequação, dadas as normas da narrativa: a introdução à fala da primeira personagem está no próprio trecho em que se compõe a cena introdutória.



7. A lacuna que deve ser preenchida pela forma grafada como na piada – *Por quê* –, ou pela forma *por quê*, para que esteja em conformidade com o padrão culto escrito, é a da frase:
- (A) Eu não sei o ..... de sua indecisão.
  - (B) ..... foi tão inábil na condução do problema?
  - (C) Ele está tão apreensivo .....?
  - (D) Decidiu-se somente ontem ..... dependia de consulta à família.
  - (E) A razão ..... partiu sem avisar ainda é desconhecida.

**Atenção:** Para responder às questões de números 8 a 15, considere o texto abaixo.

### **Regras para a internet**

- 1 *Mais de 60 milhões de brasileiros usam a internet, à qual dedicam em média 44 horas mensais. Como se sabe, a rede de computadores é uma importante ferramenta de comunicação, realização de negócios e acesso a informações.*
- Ainda assim, usuários e provedores de serviços não dispõem, no Brasil, de um arcabouço jurídico específico que estabeleça direitos e deveres no ambiente virtual.*
- 5 *A insegurança jurídica daí advinda não é desprezível. Criadores e gestores de conteúdo, desde o simples blogueiro aos maiores portais, encontram-se desprotegidos. Não raro, a Justiça os considera responsáveis por opiniões ou informações veiculadas em suas páginas – entendimento que nem sempre considera a construção coletiva engendrada na internet.*
- É bem-vinda, portanto, a iniciativa do Ministério da Justiça de levar à discussão pública e legislativa um Marco Civil da Internet. Termina amanhã o período em que a minuta do projeto de lei, a ser enviado em breve ao Congresso, esteve sujeita a*
- 10 *consulta e comentários na internet.*
- O documento sofreu mudanças – e melhorou – ainda nesta etapa. Os provedores, segundo a última redação, somente serão obrigados a prestar informações sobre usuários ou suspender a veiculação de conteúdos controversos se a Justiça assim determinar.*
- A atual falta de regras muitas vezes constrange empresas do setor a fornecer dados à autoridade policial sem que esta*
- 15 *disponha de expressa determinação judicial.*
- A identificação de usuários suspeitos de terem feito da internet instrumento para ações criminosas fica garantida. O diploma prevê o arquivamento dos dados de identificação de internautas, por tempo determinado, pelos provedores de acesso. Novamente, será necessário mandado judicial para que se tenha acesso ao "rastros" virtual de eventuais suspeitos.*
- O governo deve enviar o projeto de lei ao Congresso nas próximas semanas. Haverá oportunidade para aperfei-*
- 20 *çoamentos na Câmara e no Senado, mas o texto, em linhas gerais, é satisfatório.*

(Folha de S. Paulo, A2 opinião, sábado, 29 de maio de 2010)

8. Compreende-se corretamente que o editorialista
- (A) critica criadores e gestores de conteúdo da internet por sua falta de eficiência em controlar o que nela se veicula.
  - (B) assume não ter ainda opinião formada sobre a validade da disposição governamental em regulamentar o uso da internet.
  - (C) advoga a democratização do uso da internet, associada à proteção que o usuário deve ter quanto a seu anonimato.
  - (D) argumenta a favor de um arcabouço jurídico sobre o uso da internet que contemple os direitos da ampla gama de envolvidos na rede, sem prejuízo da proteção à sociedade.
  - (E) defende a posição do Ministério da Justiça de submeter o Marco Civil da Internet, elaborado pelos legisladores, à vontade popular expressa por meio de votação.



9. No texto, reconhece-se corretamente,
- (A) no primeiro parágrafo, um recurso de convencimento que faz uso de um saber partilhado socialmente.
  - (B) no terceiro parágrafo, uma argumentação que, nesse específico trecho, não manifesta nenhuma avaliação.
  - (C) no quarto parágrafo, uma conclusão parcial acerca do assunto tratado, que é, posteriormente, contestada, até sua total recusa, ao término do editorial.
  - (D) no sexto parágrafo, uma veemente acusação à falta de embasamento legal com que as próprias autoridades atuam na totalidade dos casos registrados.
  - (E) no sétimo parágrafo, uma defesa da privacidade – como direito da cidadania, que não pode ser contestado a nenhum título.

10. Ainda assim, usuários e provedores de serviços não dispõem, no Brasil, de um arcabouço jurídico específico que estabeleça direitos e deveres no ambiente virtual.

Considerado o período acima, é correto afirmar:

- (A) A expressão *Ainda assim* equivale, no contexto, a “Em conformidade com isso”.
  - (B) A expressão *no Brasil* constitui uma restrição acerca do que se afirma sobre *usuários e provedores de serviços*.
  - (C) Se, em vez de *usuários e provedores de serviços não dispõem*, tivéssemos “o usuário de serviços”, a forma verbal *dispõem* não teria de ser alterada, para manter a correção.
  - (D) Se fosse retirada a vírgula depois de *dispõem*, sem outra alteração, a correção da frase, considerado o padrão culto escrito, seria mantida.
  - (E) Em *de um arcabouço jurídico específico*, os termos *um*, *arcabouço* e *específico* caracterizam *jurídico*, sendo, portanto, adjuntos adnominais.
11. Está corretamente traduzido o seguinte segmento do texto:
- (A) *não dispõem [...] de um arcabouço jurídico específico* / não têm acesso às especificidades que a estrutura jurídica lhes garante.
  - (B) *estabeleça direitos e deveres no ambiente virtual* / determine, no plano ideal, onde terminam os direitos e começam os deveres.
  - (C) *A insegurança jurídica daí advinda não é desprezível* / é considerável a falta de confiança na estrutura jurídica que essa situação acarreta.
  - (D) *Criadores e gestores de conteúdo* / artistas e formadores de opinião.
  - (E) *construção coletiva engendrada na internet* / ambiente democrático inerente à internet.

12. A atual falta de regras muitas vezes constrange empresas do setor...

Transpondo a frase acima para a voz passiva, obtém-se corretamente a seguinte forma verbal:

- (A) são constrangidas.
  - (B) é constrangida.
  - (C) pode constranger.
  - (D) chega a constranger.
  - (E) constranger-se-ão.
13. O governo deve enviar o projeto de lei ao Congresso nas próximas semanas. Haverá oportunidade para aperfeiçoamentos na Câmara e no Senado, mas o texto, em linhas gerais, é satisfatório.
- No trecho acima, a alteração que propicia a equivalência de sentido e mantém a correção original é a de
- (A) *deve enviar* **por** “está obrigado a enviar”.
  - (B) *o projeto de lei* **por** “o projeto legal”.
  - (C) *Haverá oportunidade* **por** “Terá de ser encontrado, sem dúvida, ocasião propícia”.
  - (D) *para aperfeiçoamentos* **por** “para serem aperfeiçoados”.
  - (E) *em linhas gerais* **por** “com exceção de alguns aspectos”.



14. *Mais de 60 milhões de brasileiros usam a internet, à qual dedicam em média 44 horas mensais.*
- Dentre as novas formulações para o segmento destacado, a única que deve ser **rejeitada**, por não estar em concordância com o padrão culto escrito, é:
- (A) com a qual se vêem envolvidos.  
(B) da qual não se desconectam.  
(C) que os absorve.  
(D) cuja frequência é.  
(E) a que se aplicam.
15. Novas frases foram feitas com verbos ou expressões encontrados no texto. O segmento em destaque empregado em total conformidade com o padrão culto escrito está na frase:
- (A) Tudo poderá ser corrigido, se ele dispor de tempo na semana que vem.  
(B) As regras da secretaria, pelo que fui informada, esteve sujeita à avaliação do diretor.  
(C) Se ele prever que o documento será contestado, que não o anexe ao processo.  
(D) É impossível que a representante dos funcionários mais idosos não tenham tido acesso ao chefe.  
(E) Muitos havam dito que não estavam dispostos a depor contra a colega.
16. A palavra em destaque está adequadamente empregada na seguinte frase:
- (A) Esse é o produto anticético mais poderoso já utilizado no hospital.  
(B) Temendo que sua fala fosse caçada, evitou agressões.  
(C) Esse estrato social é o mais afetado quando há chuvas torrenciais.  
(D) A correta emersão dos pães no caldo é que vai garantir o sucesso da receita.  
(E) O ilícito tráfego de influências que praticava o levou ao banco dos réus.
17. Considerada a flexão, a frase que está em total concordância com o padrão culto escrito é:
- (A) Os tabeliões reúnem-se sempre às quinta-feiras.  
(B) Nos últimos botas-foras, houve grande confusão, pois a agência de turismo não reteu os que não possuíam ingresso.  
(C) Na delegacia, não tinha ainda reavido os documentos que perdera, quando entrou o rapaz considerado a testemunha mais importante de famoso crime.  
(D) Se não se conterem roubos de obras-primas, gerações futuras serão privadas de grandes realizações do espírito humano.  
(E) Os lusos-africanos ostentavam no braço fitinhas verde-amarela.
18. A frase em que a concordância está em total conformidade com o padrão culto escrito é:
- (A) Tratam-se, na verdade, de questões irrelevantes, com que não se deve desperdiçar cartuchos.  
(B) Sempre me pareceu digno de consideração, pelo menos até o mês passado, as incessantes investidas deles contra atentados à humanidade dos presos.  
(C) As últimas notícias sobre a tensa negociação parece comprovar que, se fosse respeitado efetivamente as regras internacionais, tudo seria mais fácil.  
(D) Os objetos encontrados na caixa de material altamente inflável era digna de especial atenção, visto que permitia a pressuposição de que alguém os queria destruir.  
(E) Os arrazoados empolados a cuja pertinência ele sempre fez restrição o impediram de reconhecer que o pressuposto dos raciocínios desenvolvidos nos autos era questionável.
19. A frase que respeita totalmente o padrão culto escrito é:
- (A) Exmo. Sr. Senador, acabo de receber o projeto que Vossa Excelência me encaminhou e pretendo lhe enviar o parecer solicitado no prazo de, no máximo, um mês.  
(B) Acredito que Vossa Senhoria, Exmo. Sr. Secretário, não deve se preocupar com questões que não demandem diretamente vossa decisão.  
(C) Tal foram as exigências deles, que Maria, ela própria, desistiu da compra, não sem antes avisar que, qualquer que fossem as alegações, nada a impediria de lhes denunciar.  
(D) Cada um de todos aqueles grupos que se cuidem, pois as armadilhas que impuseram um ao outro acredito que pode ter consequências.  
(E) Ao se dirigir àquele Senhor, passou-lhe os documentos que necessitava para ir adiante ao processo já iniciado.
20. A frase totalmente correta do ponto de vista da grafia e/ou da acentuação é:
- (A) É o caso de se por em discussão se ele realmente crê na veracidade dos dados.  
(B) Referiu-se àquilo que todos esperavam – sua ascensão na empresa –, com um misto de humildade e prepotência.  
(C) Enquanto construímos esta ala, eles constroem a reservada aos aparelhos de rejuvenescimento.  
(D) Ele é sempre muito cortês, mas não pode evitar que sua ogeriza à ela transpareça.  
(E) Assinou o cheque, mas ninguém advinha o valor registrado, porisso foi devolvido pelo banco.

**Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**

21. Dentre os fatores previstos na Lei nº 8.112/90 para avaliação da aptidão e capacidade do servidor ocupante de cargo efetivo, durante o estágio probatório, NÃO se inclui:
- (A) autodeterminação.
  - (B) capacidade de iniciativa.
  - (C) assiduidade.
  - (D) disciplina.
  - (E) responsabilidade.
22. De acordo com a Lei nº 8.112/90 NÃO poderá ser concedida ao servidor em estágio probatório, dentre outras, a licença
- (A) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
  - (B) por motivo de doença em pessoa da família.
  - (C) para desempenho de mandato classista.
  - (D) para atividade política.
  - (E) para o serviço militar.
23. A reversão, prevista na Lei nº 8.112/90, é
- (A) o retorno à atividade de servidor aposentado em certos casos de invalidez ou de interesse da administração.
  - (B) a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.
  - (C) a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
  - (D) o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado.
  - (E) o retorno à atividade de servidor em disponibilidade.
24. De acordo com a Lei nº 11.416/06, os serviços relacionados a licitações e contratos é atividade ligada à área
- (A) executiva.
  - (B) judiciária.
  - (C) de apoio especializado.
  - (D) de apoio geral.
  - (E) administrativa.
25. Nos termos da Lei nº 11.416/06, as funções comissionadas de natureza gerencial serão exercidas preferencialmente por servidores com formação de nível
- (A) médio.
  - (B) superior.
  - (C) médio especializado.
  - (D) técnico não superior.
  - (E) superior incompleto.

**Noções de Informática**

26. Se existir a necessidade frequente de trabalhar com arquivos que não estão no computador principal (utilizando um computador portátil, por exemplo), é possível sincronizar os arquivos com suas contrapartes no computador principal após terminar o trabalho. No *Windows XP* esta facilidade é possibilitada pelo uso específico
- (A) da transferência de arquivos.
  - (B) da Área de transferência.
  - (C) do Porta-arquivos.
  - (D) do Gerenciador de tarefas.
  - (E) do Porta-documentos.
27. É um dos utilitários do *Windows XP* que serve para analisar volumes locais, além de localizar e consolidar arquivos para que cada um ocupe um espaço único e contíguo no volume. Trata-se de
- (A) Volume.
  - (B) Desfragmentador.
  - (C) Compactador.
  - (D) Restaurador do sistema.
  - (E) Informações do sistema.
28. Em uma planilha do *BrOffice.org 3.1 Calc* foram colocados os números 3 e 7, respectivamente, nas células A1 e A2. Selecionando-se ambas as células e arrastando-as pela alça de preenchimento disponível na A2, o resultado em A9 será
- (A) 15.
  - (B) 18.
  - (C) 28.
  - (D) 35.
  - (E) 42.
29. Duplicar Guia, Nova Janela e Nova Sessão estão disponíveis no Internet Explorer 8 no menu
- (A) Arquivo.
  - (B) Editar.
  - (C) Exibir.
  - (D) Formatar.
  - (E) Ferramentas.
30. Quando ativada a conexão com a Internet, o dispositivo que se encarrega de estabelecer a comunicação física entre o computador e o provedor de acesso é
- (A) o processador.
  - (B) a placa-mãe.
  - (C) o telefone.
  - (D) a placa de rede.
  - (E) o modem.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Preenchidos os demais requisitos legais, podem integrar tanto o Tribunal Superior Eleitoral como os Tribunais Regionais Eleitorais,
- (A) Advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral.
  - (B) Desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados.
  - (C) Juízes dos Tribunais Regionais Federais dos Estados.
  - (D) Ministros do Superior Tribunal de Justiça.
  - (E) Ministros do Supremo Tribunal Federal.
32. A respeito dos recursos eleitorais, é correto afirmar que
- (A) terão sempre efeito devolutivo e suspensivo, motivo porque a execução de qualquer acórdão só poderá ser feita após o respectivo trânsito em julgado.
  - (B) sempre que a lei não fixar prazo especial, deverão ser interpostos em 5 dias da publicação do ato, resolução ou despacho.
  - (C) a distribuição do primeiro recurso que chegar ao Tribunal Regional Eleitoral ou Tribunal Superior Eleitoral prevenirá a competência do relator para todos os demais casos do mesmo Município ou Estado.
  - (D) em nenhuma hipótese caberá recurso contra expedição de diploma pelos Tribunais Regionais Eleitorais.
  - (E) não caberá recurso para os Tribunais Regionais Eleitorais e para o Tribunal Superior Eleitoral dos atos, resoluções ou despachos dos respectivos presidentes.
33. **NÃO** se inclui dentre as exigências para que seja admitida a transferência do eleitor:
- (A) Recebimento do pedido no cartório eleitoral do novo domicílio no prazo estabelecido pela legislação vigente.
  - (B) Concordância expressa do partido político em cujos candidatos costuma votar.
  - (C) Transcurso de pelo menos um ano do alistamento ou da última transferência.
  - (D) Residência mínima de três meses no novo domicílio, declarada sob as penas da lei, pelo próprio candidato.
  - (E) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral.
34. O conhecimento e decisão da arguição de inelegibilidade de candidato a Senador, a Governador de Estado e a Deputado Estadual, formulada perante a Justiça Eleitoral, será feita perante o Tribunal
- (A) Regional Eleitoral do Estado correspondente.
  - (B) Superior Eleitoral.
  - (C) Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente e o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente, respectivamente.
  - (D) Superior Eleitoral, o Tribunal Regional Eleitoral do Estado correspondente e o Juiz Eleitoral, respectivamente.
  - (E) Regional Eleitoral do Estado correspondente, o Juiz Eleitoral e o Juiz Eleitoral, respectivamente.
35. A investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou partido político,
- (A) será processada pelo Tribunal Regional Eleitoral que, após a oitiva do Corregedor-Geral, enviará os autos ao Ministério Público para que este aplique as sanções previstas em lei.
  - (B) será feita pela Polícia Judiciária, mediante inquérito policial, que, afinal, será encaminhado ao Ministério Público para oferecimento de eventual denúncia.
  - (C) será objeto de investigação pelo Ministério Público eleitoral que, afinal, declarará a inelegibilidade do investigado, aplicando-lhe as sanções previstas em lei.
  - (D) será processada internamente por qualquer partido político, coligação ou candidato que, afinal, encaminhará as suas conclusões ao Tribunal competente que, após a oitiva do Corregedor-Geral, aplicará as sanções previstas em lei.
  - (E) terá início por representação de qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público feita diretamente ao Corregedor-Geral.
36. Os partidos políticos
- (A) que ministrarem instrução militar ou paramilitar, deverão obter prévia autorização da Justiça Eleitoral e adotar uniforme para seus membros com o intuito de distingui-los dos demais.
  - (B) poderão ser criados através de requerimento de, no mínimo, cinquenta eleitores com domicílio eleitoral em pelo menos dois Estados da Federação.
  - (C) poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro por decisão de seus órgãos regionais, com validade apenas no âmbito estadual ou municipal.
  - (D) são pessoas jurídicas de direito privado e destinam-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais definidos na Constituição Federal.
  - (E) que não tiverem caráter nacional deverão aprovar estatuto e programa que atenda às peculiaridades e interesses do Estado ou Município em que desenvolverem as suas atividades.
37. É vedado aos partidos políticos, na propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão,
- (A) difundir os programas partidários.
  - (B) divulgar propaganda de candidatos a cargos eletivos.
  - (C) transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário.
  - (D) divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários.
  - (E) transmitir mensagens aos filiados das atividades congressuais do partido.





<p>38. As coligações partidárias</p> <p>(A) podem ser formadas apenas para as eleições majoritárias.</p> <p>(B) dependem de prévia aprovação da Justiça Eleitoral, que designará o respectivo presidente.</p> <p>(C) não podem ter denominação própria, devendo adotar obrigatoriamente a junção das siglas dos partidos que a compõem.</p> <p>(D) só podem inscrever candidatos do partido dela integrante cuja legenda tiver obtido maior número de votos na eleição anterior.</p> <p>(E) terão as prerrogativas e atribuições de partido político no que se refere ao processo eleitoral.</p>	<p>42. A respeito do ato de votar, é correto afirmar que</p> <p>(A) é permitido portar máquinas fotográficas dentro da cabina de votação.</p> <p>(B) no momento da votação, basta a exibição do título eleitoral pelo eleitor.</p> <p>(C) é permitido portar aparelho de telefonia celular dentro da cabina de votação.</p> <p>(D) no momento da votação, além da exibição do respectivo título, o eleitor deverá apresentar documento de identificação com fotografia.</p> <p>(E) é permitido portar filmadoras dentro da cabina de votação.</p>
<p>39. A respeito das convenções para a escolha de candidatos, considere:</p> <p>I. A escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 10 a 30 de junho do ano em que se realizarem as eleições, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.</p> <p>II. Para realização das convenções de escolha de candidatos, os partidos políticos poderão utilizar gratuitamente prédios públicos, responsabilizando-se por danos causados com a realização do evento.</p> <p>III. Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de pelo menos 6 meses antes do pleito e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) I.</p> <p>(E) III.</p>	<p>43. A veiculação de propaganda eleitoral em bens particulares</p> <p>(A) deve ser espontânea, mas não gratuita, podendo ser paga pelos partidos políticos, desde que incluída nas suas prestações de contas.</p> <p>(B) é expressamente vedada por lei, por prejudicar a igualdade entre os candidatos.</p> <p>(C) deve ser espontânea e gratuita, sendo vedado qualquer tipo de pagamento em troca de espaço para essa finalidade.</p> <p>(D) deve ser espontânea, mas não gratuita, podendo ser paga pelos candidatos, desde que incluída nas suas prestações de contas.</p> <p>(E) é permitida livremente, com ou sem pagamento, de forma espontânea ou provocada, em virtude do direito de propriedade.</p>
<p>40. É permitida a veiculação de propaganda na internet,</p> <p>(A) em sítios oficiais.</p> <p>(B) em sítios de pessoas jurídicas, com fins lucrativos.</p> <p>(C) por meio de mensagem eletrônica para endereços cadastrados gratuitamente pelo candidato, partido ou coligação.</p> <p>(D) em sítios hospedados por órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União.</p> <p>(E) em sítios de pessoas jurídicas, sem fins lucrativos.</p>	<p>44. A respeito das Juntas Eleitorais, é correto afirmar:</p> <p>(A) Podem ser nomeados membros das Juntas Eleitorais autoridades e agentes policiais.</p> <p>(B) Os nomes dos membros das Juntas Eleitorais serão publicados no órgão oficial do Estado, sendo vedado aos partidos políticos impugnar as indicações.</p> <p>(C) Podem ser nomeados escrutinadores ou auxiliares os parentes em segundo grau de candidatos.</p> <p>(D) Compor-se-ão as juntas eleitorais de um Juiz de Direito, que será o Presidente, e de dois ou quatro cidadãos de notória idoneidade.</p> <p>(E) Podem ser nomeados escrutinadores ou auxiliares os que pertencerem ao serviço eleitoral.</p>
<p>41. José é servidor público da administração indireta municipal e o seu superior hierárquico deseja usar de seus serviços para o comitê da campanha eleitoral de partido político durante o horário de expediente normal. Tal conduta</p> <p>(A) será permitida se José estiver licenciado.</p> <p>(B) é expressamente vedada por lei em qualquer situação.</p> <p>(C) só será permitida se José pedir exoneração de seu cargo.</p> <p>(D) só será permitida se José estiver com pouco serviço.</p> <p>(E) só será permitida se for designado outro servidor para auxiliar José.</p>	<p>45. Na hipótese do partido ou coligação não requerer o registro de seus candidatos aprovados em convenção,</p> <p>(A) os candidatos escolhidos em convenção pelo partido ou coligação omissa não poderão concorrer às eleições.</p> <p>(B) estes poderão interpor recurso para o órgão da Justiça Eleitoral competente, no prazo de cinco dias.</p> <p>(C) o registro dos candidatos será promovido pelo órgão do Ministério Público Eleitoral.</p> <p>(D) estes poderão requerer a anulação da lista dos candidatos divulgada pela Justiça Eleitoral.</p> <p>(E) estes poderão fazê-lo perante a Justiça Eleitoral, observado o prazo máximo de quarenta e oito horas seguintes à publicação da lista dos candidatos pela Justiça Eleitoral.</p>



<p>46. NÃO integram a Administração Pública Indireta:</p> <p>(A) Autarquia e Fundação Pública. (B) Ministério Público e Defensoria Pública. (C) Fundação Pública e Empresa Pública. (D) Sociedade de economia mista e autarquia. (E) Empresa Pública e Sociedade de economia mista.</p>	<p>52. Nos termos da Lei nº 8.666/93, para a celebração de contratos de prestação de serviços com as organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para atividades contempladas no contrato de gestão, a licitação é</p> <p>(A) dispensável. (B) dispensada. (C) inexigível. (D) obrigatória. (E) negociável.</p>
<p>47. Dentre os princípios básicos da Administração, NÃO se inclui o da</p> <p>(A) celeridade da duração do processo. (B) impessoalidade. (C) segurança jurídica. (D) razoabilidade. (E) proporcionalidade.</p>	<p>53. Em função da sua característica principal, consubstanciada na participação da Administração com supremacia de poder, os contratos administrativos são dotados de certas peculiaridades, as quais constituem as chamadas cláusulas</p> <p>(A) de retrocessão. (B) de validade. (C) exorbitantes. (D) de horizontalidade. (E) indiretas.</p>
<p>48. O atributo do ato administrativo que impõe a coercibilidade para o seu cumprimento ou execução, é a</p> <p>(A) presunção de legitimidade. (B) auto-executoriedade. (C) imperatividade. (D) presunção de veracidade. (E) executoriedade.</p>	<p>54. Dentre as regras a serem observadas no processo administrativo previsto na Lei nº 9.784/99, NÃO consta que</p> <p>(A) os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização. (B) os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável. (C) o processo deverá ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas. (D) os documentos exigidos em cópia devem ser necessariamente autenticados por Ofício de Notas. (E) os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.</p>
<p>49. A anulação do ato administrativo emanado da Administração</p> <p>(A) deve ocorrer quando não for mais conveniente e oportuna a sua manutenção. (B) ocorre quando há vício no ato, relativo à legalidade ou legitimidade. (C) nunca pode ser feita pela própria Administração. (D) pode ser feita pelo Poder Judiciário, de ofício. (E) produz efeitos a partir da data da revogação.</p>	<p>55. De acordo com a Lei nº 9.784/99, a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências</p> <p>(A) observará a antecedência mínima de dois dias úteis quanto à data de comparecimento. (B) deve conter, dentre outros dados, informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento. (C) pode ser efetuada por ciência no processo ou por via postal com aviso de recebimento, vedada a intimação por telegrama. (D) não precisa conter informação se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar, porque isso é opção que cabe a ele. (E) é dispensada no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido.</p>
<p>50. É certo que, pelos danos que o agente público, nessa qualidade, causar a terceiros</p> <p>(A) não cabe ação regressiva contra agente, mesmo que tenha agido com culpa ou dolo, se o Estado reparou os danos. (B) o Estado somente responde pelos danos se o agente agiu com dolo ou culpa. (C) a ação para reparação dos danos deve ser movida direta e unicamente contra o agente causador do dano. (D) o Estado responde objetivamente, isto é, independentemente de culpa ou dolo do agente. (E) não cabe indenização porque naquele momento o agente representa o Estado.</p>	
<p>51. Dentre as penas previstas na Lei nº 8.429/92 para o administrador público que pratica ato de improbidade administrativa NÃO se inclui a</p> <p>(A) suspensão dos direitos políticos. (B) perda dos bens acrescidos ilicitamente ao patrimônio. (C) proibição de contratar com o Poder Público. (D) pagamento de multa civil. (E) indisponibilidade dos bens.</p>	



<p>56. Em matéria de Poder Constituinte analise:</p> <p>I. O poder que a Constituição da República Federativa do Brasil vigente atribui aos estados-membros para se auto organizarem, por meio da elaboração de suas próprias Constituições.</p> <p>II. O poder que tem como característica, dentre outras, a de ser ilimitado, autônomo e incondicionado.</p> <p>Esses poderes dizem respeito, respectivamente, às espécies de poder constituinte</p> <p>(A) decorrente e originário.</p> <p>(B) derivado e reformador.</p> <p>(C) reformador e revisor.</p> <p>(D) originário e revisor.</p> <p>(E) decorrente e derivado.</p>	<p>59. É correto afirmar que, aos servidores públicos, titulares de cargo efetivo, é assegurado o regime previdenciário constitucional, sendo aposentados e calculados seus proventos em conformidade com a Constituição, e na hipótese de invalidez permanente, os proventos serão proporcionais ao tempo de contribuição, EXCETO se decorrentes de</p> <p>(A) deficiência psíquica de qualquer intensidade.</p> <p>(B) doença contagiosa a critério do médico oficial.</p> <p>(C) anormalidade física de qualquer natureza.</p> <p>(D) acidentes em qualquer circunstância.</p> <p>(E) doença grave incurável, nos termos da lei.</p>
<p>57. No que se refere aos direitos e garantias fundamentais, é certo que</p> <p>(A) qualquer pessoa é parte legítima para propor ação popular, respondendo o autor, com ou sem má fé, pelas custas judiciais e pelo ônus da sucumbência.</p> <p>(B) o mandado de segurança coletivo poderá ser impedido por partido político com representação das Assembleias Legislativas ou na Câmara Legislativa.</p> <p>(C) o <i>habeas data</i>, face à sua natureza, é restrito à retificação de dados quando não se prefere fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo.</p> <p>(D) para os fins do mandado de segurança, o responsável pela ilegalidade também pode ser o agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público.</p> <p>(E) o mandado de injunção é sempre cabível nas hipóteses de alguém se achar ameaçado de sofrer coação em sua liberdade por ilegalidade ou abuso de poder.</p>	<p>60. Em relação às hipóteses referentes às vedações de acumulação remunerada de cargos públicos, salvo quando presentes a compatibilidade de horários, mas com observância, em qualquer caso, do teto remuneratório, analise:</p> <p>I. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.</p> <p>II. a de dois cargos de professor.</p> <p>III. a de um cargo de professor com dois outros científicos.</p> <p>Nesses casos, é possível SOMENTE o que se afirma em</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I.</p> <p>(C) II.</p> <p>(D) III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>58. No que tange à organização político-administrativa, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) Os Estados poderão subdividir-se, mas não formar novos Territórios Federais.</p> <p>(B) Os Territórios Federais integram os respectivos Estados limítrofes.</p> <p>(C) É vedado aos Municípios criar preferências entre si ou recusar fé a documentos públicos.</p> <p>(D) É permitido à União subvencionar igrejas, a critério do Presidente da República.</p> <p>(E) A fusão de Municípios independe de consulta prévia às respectivas populações.</p>	<p>61. Dentre outras, é da competência exclusiva do Congresso Nacional</p> <p>(A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Ministros de Estado.</p> <p>(B) aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.</p> <p>(C) aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Governador de Território.</p> <p>(D) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.</p> <p>(E) apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.</p> <p>62. Em relação ao Poder Legislativo, é certo que a Constituição poderá ser emendada mediante proposta</p> <p>(A) de um quarto dos membros do Congresso Nacional.</p> <p>(B) de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.</p> <p>(C) da maioria absoluta do Supremo Tribunal Federal e aprovação do Senado Federal.</p> <p>(D) da maioria relativa do Congresso Nacional, com o referendo do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) da Câmara dos Deputados ou Senado Federal e aprovação pela maioria simples do Congresso Nacional.</p>



63. Considerando a organização dos Poderes, analise:

- I. Processar e julgar o Presidente e Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
- II. Autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra os Ministros de Estado.
- III. Sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

Diante disso, observa-se que são, respectivamente, competência privativa

- (A) da Câmara dos Deputados, exclusiva do Supremo Tribunal Federal e privativa do Senado Federal.
- (B) do Supremo Tribunal Federal, exclusiva da Câmara dos Deputados e privativa do Congresso Nacional.
- (C) do Senado Federal, privativa da Câmara dos Deputados e exclusiva do Congresso Nacional.
- (D) do Senado Federal, exclusiva da Câmara dos Deputados e exclusiva do Supremo Tribunal Federal.
- (E) da Câmara dos Deputados, privativa do Congresso Nacional e exclusiva do Senado Federal.

64. Dentre outras atribuições, compete privativamente ao Presidente da República

- (A) suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.
- (B) aprovar previamente, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (C) aprovar a transferência temporária das sedes dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- (D) dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da administração direta e indireta à União.
- (E) celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.

65. São legitimados, dentre outros, para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade

- (A) as Mesas do Senado Federal, da Câmara Legislativa do Distrito Federal e das Câmaras Municipais.
- (B) os Presidentes do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados e o Procurador-Geral da República e dos Estados.
- (C) o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, o presidente de partido político com representação no Congresso Nacional e a confederação sindical.
- (D) o Presidente da República, o Governador de Estado ou do Distrito Federal e a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (E) os Presidentes das autarquias, das fundações públicas, empresas públicas e das sociedades de economia mista.

66. Tratando-se do Mapa Estratégico do TRE-RS, os objetivos estratégicos: 1) prestar serviços com excelência; 2) fortalecer as relações institucionais e 3) responsabilidade socioambiental são vinculados às perspectivas:

- (A) Sociedade e Processos Internos.
- (B) Visão e Sociedade.
- (C) Visão, Processos Internos e Recursos.
- (D) Processos Internos e Recursos.
- (E) Sociedade, Processos Internos e Recursos.

67. Na gestão por processo,

- I. a organização otimiza a cadeia de processos e assegura o melhor desempenho do sistema integrado, a partir da mínima utilização de recursos e do máximo índice de acertos.
- II. identifica-se os processos críticos de negócio; para que a organização existe; quais os recursos necessários para gerar produtos que a organização deseja produzir e ofertar ao mercado.
- III. identifica-se na organização as categorias básicas: 1) de processos de negócios ou de clientes; 2) organizacionais ou de integração; e 3) gerenciais.
- IV. a hierarquia dos processos é definida pelo seu grau de relevância estratégica e operacional e são estruturados em macroprocessos, processos, atividades e tarefas.
- V. é importante a modelagem dos processos organizacionais com base no conhecimento dos processos críticos da concorrência.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) I, III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e V.
- (D) II e IV.
- (E) I e III.

68. O *Balanced Scorecard*, segundo o modelo de Kaplan e Norton, traduz missão e estratégia em objetivos e medidas, organizados nas seguintes perspectivas:

- (A) financeira, da concorrência, do aprendizado e crescimento, dos fornecedores.
- (B) do cliente, dos fornecedores, dos compradores, da concorrência.
- (C) dos processos internos, do aprendizado e crescimento, dos concorrentes entrantes potenciais.
- (D) financeira, do cliente, dos processos internos e do aprendizado e crescimento.
- (E) do aprendizado e crescimento, dos fornecedores, do cliente e dos processos internos.



69. Na gestão da qualidade

- I. o ciclo PDCA é um método gerencial para a promoção da melhoria contínua e reflete, em suas quatro fases, a base da filosofia do melhoramento contínuo.
- II. no diagrama de causa e efeito as causas são agrupadas por categorias (máquinas, métodos, mão de obra, materiais) e semelhanças previamente estabelecidas, ou percebidas durante o processo de classificação.
- III. a matriz GUT é o gráfico de causa e efeito que representa os riscos potenciais, por meio de quantificações que buscam estabelecer resultados para abordá-los, visando minimizar os custos do processo.
- IV. a ferramenta 5W2H é utilizada principalmente no mapeamento e padronização de processos, na elaboração de planos de ação e no estabelecimento de procedimentos associados a indicadores.
- V. processo é um grupo de atividades realizadas numa seqüência intermitente com o objetivo de produzir bem ou serviço que tem valor para a empresa.

Está correto o que consta SOMENTE em

- (A) II, III e V.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e V.
- (E) I, III e IV.

70. A gestão de pessoas por competências é a adoção de uma estratégia

- (A) para o desenvolvimento de competências dos funcionários no processo seletivo para se alcançar propósitos organizacionais de médio e longo prazo.
- (B) para a identificação e o desenvolvimento de competências dos funcionários para se alcançar propósitos ou objetivos organizacionais operacionais.
- (C) para a implementação de um programa de seleção de talentos para se alcançar propósitos ou objetivos organizacionais operacionais e de longo prazo.
- (D) avançada de captação e treinamento de funcionários para se alcançar propósitos ou objetivos organizacionais de longo prazo.
- (E) para a identificação e o desenvolvimento de competências dos funcionários para se alcançar propósitos ou objetivos organizacionais de longo prazo.